



Circuitos espaciais da produção petrolífera e (des)continuidade regional no Norte Fluminense

Layon Ignacio da Silva Costa
Universidade Federal Fluminense
layonignacio@yahoo.com.br

Leandro Bruno Santos
Universidade Federal Fluminense
leandrobruno@id.uff.br

1 – INTRODUÇÃO

Neste trabalho, nosso propósito é estudar o aprofundamento da diferenciação espacial do Norte Fluminense com a sua inserção nos fluxos materiais e imateriais vinculados à exploração petrolífera. Pretende-se identificar e analisar como a presença da atividade petrolífera, a partir de diferentes circuitos produtivos, tem levado a uma fragmentação e, ao mesmo tempo, coesão regional (funcional, via fluxos) no Norte Fluminense, com a configuração de região descontínua, marcada por inclusão e exclusão.

Oliveira (2003, p. 48) distingue duas territorializações que vêm ocorrendo no interior do Estado do Rio de Janeiro, que mostra a dinamização de duas regiões: uma primeira territorialização fortemente influenciada pela metrópole, e que se aproveita da infraestrutura disponível no núcleo para desenvolver suas atividades produtivas. Neste caso, o autor se refere à região do Médio Vale do Paraíba, no Sul Fluminense (dinamizada pelas indústrias de siderurgia, petroquímica e automotiva); uma segunda territorialização diz respeito à região Norte Fluminense (dinamizada principalmente com os recursos provenientes da cadeia produtiva do petróleo) que, por apresentar uma distância geográfica maior com relação à capital do Estado e sofrer uma influência relativamente menor, precisa construir uma infra-estrutura mais independente ainda não disponível.

A produção territorial da rede petrolífera é diversificada. Primeiramente, a necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura e logística faz com que esta rede produtiva atraia para o território onde se localiza uma gama de aparatos técnicos e



de capital fixo, que pode ser usado também para dinamizar outros setores produtivos. Em segundo lugar, a exploração petrolífera traz também importante ganho de recursos financeiros, seja por pagamento de indenizações ou de participações especiais ao poder público.

Piquet (2003b, p.6) salienta, entretanto, que este ganho estrutural e de capital nem sempre é bem aproveitado, como nos casos de alguns países de menor “desenvolvimento”:

A exploração de petróleo pode ser tão pouco benéfica para uma economia quanto qualquer produção extrativista como borracha, minérios ou diamantes. Venezuela, Angola, Líbia e Iraque, por exemplo, são países que, apesar de suas riquíssimas reservas naturais, não conseguiram canalizar o dinheiro do petróleo para a criação de riqueza em outros setores da economia.

Monié (2003, p. 259-260) trata da influência da atividade petrolífera sobre o território classificando-a como “intensiva em capital e altamente impactante sobre o meio ambiente e em termos de organização do espaço.” Já para Minadeo (2002), a indústria do petróleo é capaz de atrair investimentos em infra-estrutura. Investe-se em estradas, residências, hospitais e escolas, e até mesmo em termos de energia elétrica e telefonia, para que a prospecção e extração de petróleo se realizem.

Este trabalho pretende utilizar como fundamentação teórica os conceitos principais de território, rede e região. Esses conceitos são operados tendo como premissas basilares a divisão territorial do trabalho e os circuitos espaciais de produção. Pretende-se seguir uma linha de abordagem pautada na escola crítica da ciência geográfica, a fim de realizar uma ampla análise dos circuitos espaciais de produção na região que tenham relação com a exploração petrolífera.

A respeito de território, é preciso destacar seu caráter político, já que sua etimologia supõe uma característica dupla: a dimensão de apropriação da terra e seu sentido aterrorizador, para aqueles que são excluídos (HAESBAERT, 2009, p. 43). Portanto, o território pressupõe o estabelecimento de relações de poder. Assim, pretende-se investigar as relações de poder estabelecidas a partir da rede petrolífera sobre o território regional, entendendo sua desterritorialização e reterritorialização.

A propósito da existência de uma dualidade do conceito, tanto materialista quanto idealista, o presente trabalho pensa em privilegiar o primeiro aspecto, porém, tento o objetivo de agregar o conceito de redes, é importante estar atento a identificar os



fluxos imateriais que venham a percorrer o território em análise. Vivemos um período em que a variante rede, parte integrante do território, é importante para a análise das estratégias corporativas de dominação e controle.

Numa dimensão econômica de território, há alguns autores que o consideram-no como fonte de recursos – como Godelier -, e aquele que utilizam suas relações de produção dentro de uma dada sociedade como fundamento para entender o conceito. A segunda se encaixa dentro da concepção miltônica, onde o “uso” do território define a organização espacial. Tal uso é diversificado, pois:

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso. (SANTOS apud HAESBAERT, 2009, p. 59):

Santos (2008, p.231) afirma que: “[...] o território como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação [...]”. Essa visão é interessante para a pesquisa, haja vista a multiplicidade dos atores presentes na região em que se pretende estudar, são desde grandes empresas multinacionais até pequenas e médias empresas.

O conceito de redes será aplicado segundo o sentido proposto por Haesbaert (2009, p. 282): “[...] como um elemento constituinte do território [...]” e não sendo o oposto a ele. Como dito anteriormente, haverá uma abertura no que tange à análise dos fluxos imateriais das redes intrínsecos a produção petrolífera, bem como seus reflexos materiais e sociais. Uma rede petrolífera sendo ao mesmo tempo uma rede técnica, produtiva, informacional e geográfico-territorial possui internamente elementos ordenadores e desordenadores do território.

A dualidade ordem-desordem que permeia o conceito de território e o de redes é de suma importância para a análise das contradições crescentes na região, a partir da intensificação das atividades petrolíferas dos anos 1970 em diante. Os processos que



caracterizam a desarticulação na escala local, parecem cada vez mais evidenciados na região confrontante com a Bacia de Campos.

O objetivo é compreender o território através do que Haesbaert (2009) conceitua como território-rede, entendendo como uma relação “indissociável” entre o território tradicional (zonal) e o território reticular. O território zonal não desaparece por completo, apenas o território-rede torna-se hegemônico na estrutura lógica do território, visto que a “dimensão temporal-móvel” torna-se mais enfática do que a “estática”. (HAESBAERT, 2009, p.286-289). Partimos de um pressuposto que os atores controladores do território-rede podem estar usando o território-zonal para determinados interesses – apoio financeiro, estrutural, logístico, por exemplo -, subordinando-o a sua lógica de reprodução e se sobressaindo a ele.

O conceito de região proposto no desenvolvimento da pesquisa parte do princípio teórico neomoderno crítico (no qual estão Scott, Massey, entre outros), que incorpora ao conceito de região os aspectos socioeconômicos, ligando o território e a articulação dos modos de produção, admitindo a sua diferenciação e descontinuidade (CORRÊA, 2000, p. 41).

Haesbaert (2010) propõe uma diferenciação entre regionalização homogênea e regionalização funcional¹, a proposta desse estudo vai ao encontro da segunda, quando nossa opção é a de regionalizar tendo em vista o princípio da coesão-conexão ao contrário de fazê-la pelos métodos de homogeneização-extensão, privilegiando assim, “[...] as transformações econômicas através do espaço.” (HAESBAERT, 2010, p. 138)

A entrada de grandes empresas multinacionais do petróleo após o rompimento do monopólio em 1997 e os recentes e futuros investimentos, como o Porto do Açu em São João da Barra, o Estaleiro em Barra do Furado em Quissamã e o Porto do Barreto em Macaé, demonstram que a região é hoje alvo de intensivos fluxos de capitais provenientes de diferentes escalas e origens. É preciso questionar as razões para tal atratividade. Para Harvey (2006), tais deslocamentos de capitais para países

¹ Dentre as diferenciações propostas no quadro comparativo elaborado por Haesbaert, estrutura-se em três segmentos: 1- Propriedades básicas: Na região homogênea impera a uniformidade e a estabilidade, enquanto **na região funcional impera a organização e a mobilidade**; 2- Fenômenos privilegiados: Na homogênea privilegia-se ações em áreas, enquanto **na funcional privilegia-se ações em rede**; 3- Método de Regionalização: Na homogênea o método propõe uma diferenciação ou classificação de áreas, enquanto **na funcional se propõe uma hierarquização de pólos e fluxos** (HAESBAERT, 2010, p. 48 e 134).



subdesenvolvidos é uma condição do atual período, que necessita de um *ajuste espacial* do sistema capitalista de conquistas de novos espaços, a fim de manter a acumulação.

Segundo este autor:

O imperialismo [...] possui efeitos de ‘exportar’ algumas das tensões criadas pelas lutas de classes dentro dos centros de acumulação para áreas periféricas. [...] A sobrevivência do capitalismo é atribuída à capacidade constante de acumulação pelos meios mais fáceis. O caminho da acumulação capitalista seguirá por onde a resistência for mais fraca. Certa vez, Lênin aconselhou todos os movimentos revolucionários a procurar o elo mais frágil do capitalismo. Ironicamente, o capitalismo consegue, por tentativa e erro, além de pressão constante, descobrir os elos mais frágeis das forças contrárias à acumulação ininterrupta, e se aproveita desses elos para a burguesia cumprir sua missão histórica: a acumulação de capital. (HARVEY, 2006, p. 71)

Quanto ao conceito de redes, ele é mais genérico e amplo. Uma rede pode conter e interligar os circuitos espaciais produtivos, tanto em escala nacional como local. Esse espriamento se definida pela especialização dos lugares, a partir da divisão territorial do trabalho. Essa interligação pode conter um circuito espacial principal – o indutor da rede - e circuitos menores, que ao se associarem, formam um conjunto sistêmico e reticular, como no caso da rede petrolífera em estudo.

Em pleno período técnico-científico-informacional, há uma acelerada intensificação dos fluxos materiais e imateriais pelo globo, que tem como desdobramento o acirramento do que Santos (2001) denomina de *divisão territorial do trabalho*. Lefebvre (2006) expõe uma dialética espacial, na qual o modo de produção da sociedade é o modo de produção do seu espaço e vise versa. Assim, nesse sentido que se instaura uma nova divisão territorial do trabalho, fruto da contradição dos interesses de agentes hegemônicos em ratificar seu controle na produção do espaço e das relações sociais.

A divisão territorial do trabalho estabelece, conjuntamente, uma distribuição espacial do trabalho vivo e do trabalho morto, criando certa hierarquia entre eles. (SANTOS, 2001, p.18). A principal característica no que tange à nova divisão territorial do trabalho se manifesta nas especializações produtivas dos lugares e da força de trabalho que as movimenta. Tais características são explicadas, em grande parte, pela facilidade do transporte de produtos acabados e insumos, pela possibilidade de uma



maior circulação de informações e pelo desenvolvimento e maquinário moderno. Segundo as novas possibilidades técnicas, o trabalho pode ser distribuído entre muitos lugares. Na medida do necessário e da conveniência, isso pode funcionalizar as áreas que apresentam densidades técnicas elevadas e ocupar lugares até então pouco adensados de variáveis modernas (SANTOS, 2001, p. 141).

Tais observações nos ajudam a compreender o processo corrente na área de estudo. O desenvolvimento das atividades ligadas à produção petrolífera deve-se, num primeiro momento, ao fato da existência de um recurso natural de alto valor comercial. Porém, a maneira na qual se desenvolveu a exploração econômica obedece a uma lógica da especialização produtiva, característica da nova divisão territorial do trabalho comandado e viabilizado pelo capital.

Admite-se, no presente estudo, que no atual período da globalização, há uma demasiado acirramento da divisão territorial do trabalho, gestando um espaço cada vez mais repartido e especializado e dialeticamente mais integrados pela ação das técnicas. A globalização, longe de homogeneizar o espaço, levou a uma maior fragmentação, em diferentes escalas. Sendo assim, faz-se necessário a compressão do que Santos (2001, p. 132) propõe como análise dos *circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação*. Julga-o como sendo uma peça fundamental na compreensão do funcionamento do território, privilegiando seu movimento e percebendo a circulação de bens e produtos que seguem como fluxo.

Crespo (2015) descreve a cerca da cadeia produtiva do petróleo. Segundo ele, o circuito espacial de produção petrolífera pode ser estruturado como contendo objetos, insumos, produtos, seus componentes, elementos internos e fluxos. Percebe-se a apropriação de um recurso natural e sua transformação em mercadoria com vista à acumulação de capital. Os insumos são diversos, tais como produtos siderúrgicos, suprimentos alimentícios, maquinário/equipamentos/ferramentas, energia etc. Objetos técnicos, força de trabalho e capitais são seus componentes. Diversos também são os fluxos, por exemplo, os transportados por diferentes modais, fluxo de energia, fluxo de trabalhadores, fluxo provocado pelas migrações pendulares de uma população flutuante, fluxo de capitais, de informações, mercadorias e pessoas que entram e saem do território dominado pela rede, por meio de aeroportos, portos, internet etc. (CRESPO, 2015).



Tornam-se mais complexos à medida que os circuitos produtivos agregam mais etapas do processo produtivo, acabando por se associar em rede com outros circuitos, podendo ser desde a extração até o processo de transformação industrial (SANTOS, 2011, p. 146). Essa rede de circuitos abrange diversos setores, desde a exploração e produção (circuito principal), passando pelos serviços e fornecimentos diretos (circuitos de apoio), chegando aos setores indiretos (circuitos associados).

2 – OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivos:

I- Realizar uma análise de como os circuitos atinentes à produção petrolífera tem sido dominante sobre o des-ordenamento regional;

II- Analisar como se dá a organização da rede petrolífera na região, identificando os principais nós e fluxos desta rede e como eles se conectam e se movimentam interna e externamente;

III- Efetuar uma regionalização funcional tendo como vetor as atividades da rede do petróleo para fins de recorte espacial amostral, englobando parcelas do espaço que sofreram e sofrem sua influência mais imediata (ênfatizando, contudo, o caráter de descontinuidade que a região carrega atualmente); posteriormente, demonstrar as funções que cada município cumpre na rede e hierarquizar estas funções, cumprindo um dos princípios básicos da regionalização funcional proposta;

IV - Avaliar a existência ou não de pactos territoriais entre o poder público e as corporações.

3 – METODOLOGIA

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho serão utilizadas fontes de diferentes tipologias, entre elas: livros, artigos científicos, artigos de jornais, documentos oficiais, dentre outros. Utilizaremos fontes primárias, como entrevistas semiestruturadas e questionários; e fontes secundárias, como IBGE, ANP, CEPERJ, CIDAC, GEOMACAÉ e demais órgãos oficiais pertinentes à pesquisa.

4 - RESULTADOS PRELIMINARES



De acordo com os resultados preliminares obtidos a partir da metodologia utilizada até o presente estágio da pesquisa, verifica-se que a cadeia produtiva de petróleo é intensiva em capital e tecnologia, logo possui profundo impacto sobre o território, especialmente por se tratar de um forte fator de aglomeração de trabalho e de novos capitais. Como atividade capitalista, com realização em diversas escalas, possui caráter naturalmente contraditório e fragmentador.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos finais do século XX e iniciais do século XXI foram marcados por grandes transformações na produção petrolífera brasileira. O Estado do Rio de Janeiro sofreu significativas transformações de cunho econômico e geográfico, concentrando a maior parte da extração e, por conseguinte, se tornou um receptáculo da indústria ligadas a esse setor.

A tentativa, com esse trabalho, tem sido demonstrar as discontinuidades espaciais causadas pela atividade petrolífera na região que confronta a Bacia de Campos, visto que a mesma apresenta um histórico econômico vinculado à indústria e a produção sucroalcooleira, que outrora evidenciava outras centralidades de poder.

A divisão territorial do trabalho que se verifica atualmente reproduz a lógica monocultora, uma vez que privilegia as especializações produtivas dos lugares. Assim, a rede petrolífera, aparentemente, assume um papel principal na articulação econômica em circuitos produtivos secundários, que lhe servem como fornecedores, além de dinamizar o setor de comércio e serviços.

A indústria do petróleo possui, efetivamente, a capacidade de transformar o perfil produtivo e regional onde ela se insere. Entretanto, os recursos por ela gerados não são aproveitados nem para dinamizar outros setores econômicos - propiciando uma profunda relação de dependência -, nem em prol da ampliação qualitativa das condições gerais de vida da população local. Sobre isso, argumenta Piquet (2003a, p. 224):

Sabe-se, de uma perspectiva teórica, que a chamada indústria do petróleo contém fortes efeitos de encadeamento que podem deflagrar virtuoso processo de mudanças estruturais ou, ao contrário, pode permanecer como mero “enclave” na região em que se localiza.



Levando em conta estas considerações, pode-se formular um questionamento de ordem mais genérica: Como está se desencadeando o processo de uso corporativo do território na região da Bacia de Campos pela rede produtiva do petróleo? A partir desta pergunta, outras podem ser estabelecidas: Quais os nós e fluxos principais desta rede e como ela se organiza? Quais são suas conexões externas? Como se explicar a entrada massiva de capitais no processo recente de modernização da região? Seria mais um resultado do ajuste espacial do capitalismo? O Estado, em suas várias esferas, especialmente institucionais, tem atuado no sentido de estabelecer melhorias à condição de vida da população local ou tem estabelecido pactos territoriais com as corporações em busca da ampliação do lucro capitalista?

6 - REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 7º. ed. São Paulo : Editora Ática, 2000.
- CRESPO, Matheus P. O território-rede da Produção Petrolífera na Região da Bacia de Campos. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2015.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009
- _____. *Regional-Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006. (Coleção Geografia e Adjacências)
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- MINADEO, Roberto. *Petróleo: a maior indústria do mundo?*. Rio de Janeiro: Thex Editora, 2002.
- MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 257-286.



OLIVEIRA, Floriano J. G. de. *Reestruturação Produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. Tese de Doutorado - USP, São Paulo, 2003.

PIQUET, Rosélia. Da cana ao petróleo: uma região em mudança. In: PIQUET, Rosélia (Org.). *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003a. pp. 219-238.

_____. *Mudança econômica e novo recorte regional no norte fluminense*. X Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento – repensando teorias e práticas, Belo Horizonte, 2003b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.